AGENDA AMBIENTAL PARA A AGROPECUÁRIA E A SILVICULTURA

LUANA MAIA
COORDENADORA EXECUTIVA DA COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA
DA REDAÇÃO

A APROVAÇÃO do Código Florestal em 2012, depois de anos de acalorados debates, aproximou o agro da pauta ambiental. Trata-se de um tema sensível para um país que possui posição de liderança nas exportações de diversas cadeias produtivas do setor. A entrevistada esteve presente na 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-24/UNFCCC, nas siglas em inglês), realizada na cidade de Katowice, na Polônia. Aqui, a conversa trata do competente trabalho realizado pelo movimento multissetorial da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que lançou, recentemente, o documento "Visão 2030-2050: O Futuro das Florestas e da Agricultura no Brasil".



DIVULGAÇÃO

AGROANALYSIS: DO QUE TRATA O DOCUMENTO "VISÃO 2030-2050: O FUTURO DAS FLORESTAS E DA AGRICULTURA NO BRASIL"?

LUANA MAIA: O documento é resultado da articulação de mais de duzentas pessoas de 150 organizações, que, por meio da Coalizão Brasil, se reuniram para debater o futuro das florestas e da agricultura no País. Foram cerca de trinta reuniões ao longo de 2018, com representantes do agronegócio, de entidades de defesa do meio ambiente, do setor financeiro e da Academia, que, juntos, identificaram objetivos em comum e desenharam o cenário sonhado por eles para 2030 e 2050.

Boa parte do futuro projetado pela Coalizão Brasil está embasada em mecanismos ou iniciativas já testadas ou em andamento. Temos, agora, de agir

para efetivar o que ainda são projetos, fazendo com que essas experiências se tornem práticas predominantes. Este é o próximo passo do movimento: criar um plano de ação para tornar o nosso sonho uma realidade.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA COM CONSERVAÇÃO AMBIENTAL É UMA DEMANDA DO SÉCULO XXI?

LM: Sim. Harmonizar conservação e produção é vital para combater as mudanças climáticas, principalmente no Brasil. Hoje, a agropecuária é uma das principais fontes de emissão de gases do efeito estufa (GEE) no País. Em 2016, a quantidade alcançou 499 milhões de toneladas equivalentes de CO_2. Isso corresponde a 22% das emissões nacionais.

No entanto, por meio de um uso mais sustentável da terra, o setor pode se tornar parte importante da solução, de modo a contribuir não apenas para reduzir as emissões, mas também para capturar carbono da atmosfera.

Além de ter um grande potencial para ser parte da solução, a agropecuária tem a seu favor outro elemento: existem cerca de 178 milhões de hectares de pastagens com grande proporção de áreas degradadas ou longe de seu potencial produtivo. A agropecuária precisa ser intensificada nessas áreas, viabilizando o aumento da produtividade do setor sem a demanda por novas áreas de floresta. Esse é o modelo em que a Coalizão Brasil acredita!

NESSE CENÁRIO, QUAL É O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR?

LM: O empreendimento familiar possui um papel central no setor, sendo responsável pela produção de alimentos de boa parte da população, pela adoção de sistemas diversificados e por promover a inclusão social. A maior parte (84%) dos estabelecimentos rurais pertence a grupos familiares, constituindo a base econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes.

Os principais desafios para que a agricultura familiar esteja alinhada aos princípios da agricultura de baixo carbono são: assistência técnica e extensão rural; difusão de tecnologia; pesquisa; logística de distribuição e acesso; e infraestrutura social.

A APLICAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL (CF) PREVÊ A APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS INTERESSANTES?

LM: Sem dúvida, o CF é muito importante para isso. Desde a sua aprovação, em 2012, houve vários avanços na sua implementação, mas ainda se esbarra em alguns obstáculos. Na etapa inicial, o processo transcorreu rápido, com a inscrição de quase 100% das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse sistema representa uma das principais bases de dados sobre propriedades privadas no mundo.

No entanto, precisamos avançar para as etapas seguintes, que consistem na validação dos cadastros pelos estados e na elaboração dos planos de

> “A AGROPECUÁRIA PRECISA SER INTENSIFICADA NESSAS ÁREAS, VIABILIZANDO O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DO SETOR SEM A DEMANDA POR NOVAS ÁREAS DE FLORESTA.”

regularização. Além disso, instrumentos previstos na legislação, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e a Cota de Reserva Ambiental (CRA) também precisam sair do papel, pois têm muito a contribuir como incentivos à preservação e uma forma de remunerar proprietários pela conservação da floresta.

É POSSÍVEL PRODUZIR MAIS E MELHOR POR MEIO DA AGROPECUÁRIA E DA SILVICULTURA?

LM: O Brasil tem um enorme patrimônio ambiental, e o passado recente do País demonstra que unir agropecuária e conservação ambiental é possível. Entre 2004 e 2012, o País conseguiu reduzir drasticamente as suas taxas de desmatamento ao mesmo tempo em que aumentou a sua produção agrícola.

Para que isso aconteça, o uso sustentável da terra precisa ser compreendido como uma agenda de Estado, ou seja, perene e de longo prazo. Isso implica a implementação de políticas públicas e instrumentos econômicos com atuação integrada e alinhados às áreas de clima, florestas e agricultura. A integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) é um exemplo.

COMO CRIAR VALOR E BENEFÍCIOS A PARTIR DE FLORESTAS NATIVAS?

LM: Segundo dados de 2018 do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o setor florestal nacional é responsável por 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 7,3% das exportações totais do País, com a geração de 7 milhões de empregos. Quando se amplia essa avaliação para o setor de restauração e reflorestamento, há o potencial de consolidação de uma indústria de produção e recuperação florestal moderna, com a criação de até 215 mil empregos e a arrecadação de R$ 6,5 bilhões em impostos, com investimentos anuais de até R$ 3,7 bilhões até 2030 e a remoção de até 3,22 $GtCO_2$.

Porém, para viabilizar o plantio de florestas nativas em larga escala, é preciso uma previsão de exploração sustentável de madeira e produtos não madeireiros. Para isso, precisamos assegurar demanda para os produtos, regulamentações factíveis, sem insegurança jurídica aos produtores. A estruturação da oferta passa por soluções logísticas, de forma a reduzir o custo dessas cadeias e o aumento da escala na produção familiar. É importante destacar, também, o incentivo fiscal ao plantio de florestas para usos madeireiro e não madeireiro, em especial para as nativas.

> “O BRASIL TEM UM ENORME PATRIMÔNIO AMBIENTAL, E O PASSADO RECENTE DO PAÍS DEMONSTRA QUE UNIR AGROPECUÁRIA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL É POSSÍVEL.”

ACABAR COM O DESMATAMENTO PODE SER FACTÍVEL?

LM: A maior parte do desmatamento no Brasil ainda é resultado de atividades ilegais. Essa realidade deveria ser inaceitável para o Governo e a sociedade brasileira. Devemos adotar uma postura de tolerância zero em relação ao problema desde já. Precisamos pôr em prática políticas e estratégias que permitam combater a ilegalidade.

Por outro lado, é necessário, também, criar incentivos para estimular produtores a manterem preservadas as áreas de florestas em suas propriedades

privadas. Essas medidas envolvem, por exemplo, compensar proprietários de terras que renunciarem de forma voluntária ao seu direito legal de desmatar. Nesse sentido, mecanismos econômicos de compensação precisam ser criados, aprimorados e implementados via políticas públicas abrangentes, nacionais e subnacionais.

DEVEMOS SEGUIR NA LINHA DO ACORDO DE PARIS, FIRMADO EM 2015?

LM: De fato, o País precisa garantir o cumprimento dos seus compromissos internacionais, como o do Acordo de Paris. Somos o sétimo maior emissor de GEE do mundo. Precisamos mostrar a nossa capacidade de promover um desenvolvimento sem comprometer as seguranças climática e alimentar do Planeta. Esse é o compromisso do Brasil com a humanidade neste século XXI.

O uso da terra deve estar no centro dos debates sobre desenvolvimento nacional. Para isso, precisamos ter clareza sobre aonde queremos chegar. Sonhamos estar, em 2050, em um Brasil que seja capaz de produzir mais e melhor, criar valor a partir das florestas, acabar com o desmatamento, viabilizar políticas públicas de Estado e construir instrumentos econômicos alinhados e integrados.

É vocação do Brasil produzir, conservar e, com isso, gerar prosperidade econômica, ambiental e social para a sua população. ■

> “O USO DA TERRA DEVE ESTAR NO CENTRO DOS DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO NACIONAL.”



KEINY ANDRADE / FOLHAPRESS